

BOLETIM 161

Brasília, 11 de julho de 2016

Câmara tem semana agitada: eleição do novo presidente e votação de importantes matérias

Na quinta-feira, está marcada sessão extraordinária para eleger o presidente da Câmara. Com a renúncia do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) do cargo de presidente da Câmara dos Deputados, o Plenário realizará sessão extraordinária na próxima quinta-feira (14), às 16 horas, para a escolha do novo presidente da Casa para o período restante do biênio 2015-2016, que acaba em fevereiro de 2017.

Os candidatos poderão se registrar até as 12 horas da própria quinta-feira. Para ser eleito em primeiro escrutínio, o mais votado precisará ter metade mais um de todos os votos (maioria absoluta). Se houver um segundo escrutínio, com os dois candidatos mais votados, será eleito aquele que obtiver a maioria simples dos votos.

Em ambas as votações o quórum mínimo é de 257 deputados e serão contados para esse efeito os em branco e os nulos. A eleição será por meio de urnas eletrônicas instaladas no plenário e o voto é secreto.

Fundos de pensão - Antes da eleição para a presidência, há votações marcadas de segunda-feira (11) a quarta-feira (13). Na segunda, os deputados podem analisar o Projeto de Lei Complementar 268/16, do Senado, que cria novas



regras para escolha e atuação de diretores-executivos e conselheiros de fundos fechados de previdência complementar vinculados a entes públicos e suas empresas, fundações ou autarquias.

Segundo o projeto, aumentam as restrições para escolha dos diretores-executivos dos fundos de pensão, que tomam as decisões sobre os investimentos para ampliar os recursos da previdência complementar necessários ao pagamento dos benefícios para os participantes.

Pauta trancada - A partir desta terça (12), a pauta da sessão ordinária marcada para as 14 horas poderá ficar trancada após a leitura dos ofícios referentes a cinco medidas provisórias aprovadas pelas comissões mistas.

A primeira delas é a MP 719/16, que permite aos trabalhadores da iniciativa privada oferecerem aos bancos, como garantia do empréstimo consignado em folha, parte dos recursos de sua conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e da multa rescisória.

A garantia poderá ser sobre até 10% do saldo individual da conta e sobre até 100% da multa paga pelo empregador em caso de demissão sem justa causa, despedida por culpa recíproca ou força maior.

Já a Medida Provisória 720/16 define as regras para liberação de auxílio financeiro no valor de R\$ 1,95 bilhão da União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios com o objetivo de fomentar as exportações do País.

De acordo com a MP, o valor foi liberado em três parcelas iguais de R\$ 650 milhões até o

último dia útil dos meses de abril, maio e junho de 2016. Desse total, 75% serão entregues diretamente aos estados e o restante para os municípios.

Mais Médicos - Também poderá ser analisada a Medida Provisória 723/16, que prorroga, por três anos, o prazo de atuação dos médicos do Programa Mais Médicos contratados por meio de intercâmbio. O texto beneficia profissionais brasileiros formados no exterior e estrangeiros que trabalham no programa sem diploma revalidado no País.

A MP também prorroga por igual período o visto temporário concedido aos médicos intercambistas estrangeiros inscritos no programa do governo federal. De acordo com o Ministério da Saúde, a medida permitirá que sete mil profissionais permaneçam no País. Os prazos acabariam em outubro de 2016.

Créditos orçamentários - Duas MPs tratam da abertura de crédito extraordinário. Originalmente, a MP 722/16 abria crédito extraordinário de R\$ 180 milhões, dos quais R\$ 100 milhões para a Presidência da República e R\$ 80 milhões para o Ministério do Esporte.

No relatório aprovado na Comissão Mista do Orçamento, os recursos para a Presidência foram retirados porque a comissão considerou que os gastos com comunicação institucional (R\$ 85 milhões) e publicidade de utilidade pública (R\$ 15 milhões) não tinham o caráter de imprevisibilidade e urgência.

Os R\$ 80 milhões da pasta do Esporte vão servir para implantação de infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Com a MP 730/16 é aberto crédito de R\$ 150 milhões para a Justiça Eleitoral. De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o crédito

sustentará despesas das eleições municipais deste ano com a compra de alimentação dos mesários e demais despesas de custeio.

Fonte: Agência CÂMARA



Maranhão reitera que eleição para presidente da Câmara ocorrerá na quinta-feira

O presidente interino da Câmara dos Deputados, Waldemar Maranhão (*foto*), reiterou mais uma vez, neste sábado (9), que a eleição para a Presidência da Casa ocorrerá impreterivelmente na próxima quinta-feira, dia 14 de julho, às 16 horas. As candidaturas deverão ser registradas até as 12 horas do mesmo dia.

Depois da renúncia do deputado afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) ao cargo de presidente da Câmara, Maranhão informou que cumprirá o Regimento Interno da Câmara, segundo o qual “se até 30 de novembro do segundo ano de mandato verificar-se qualquer vaga na Mesa, será ela



preenchida mediante eleição, dentro de cinco sessões”.

Candidatos - Até a publicação desta matéria, na tarde deste sábado, cinco deputados registraram candidaturas para concorrer à presidência da Casa: Fausto Pinato (PP-SP), Carlos Henrique Gaguim (PTN-TO), Carlos Manato (SD-ES), Marcelo Castro (PMDB-PI) e Fábio Ramalho (PMDB-MG).

Fonte: Agência Câmara

Em carta ao Congresso, Temer critica gestão de Dilma

O presidente interino Michel Temer escreveu uma carta ao Congresso Nacional na qual diz que possui compromisso com os programas sociais e critica a gestão da presidenta afastada Dilma Rousseff.

No documento, enviado nesta sexta-feira (8) aos parlamentares, Temer diz que melhorias em programas como o Bolsa Família e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) são prioridade do seu governo.

Ao citar o reajuste de 12,5% que será concedido ao benefício médio do Bolsa Família neste mês, o presidente interino mencionou os valores e disse que o aumento “é superior aos 9% anunciados em maio e não concretizados pela gestão anterior e está acima da inflação dos últimos 12 meses”.

De acordo com Temer, foram repassados mais de R\$ 200 milhões para 2.650 prefeituras que atendem crianças beneficiadas com o programa em creches. “Estamos honrando os

compromissos que não foram cumpridos no governo anterior e liberando a segunda parcela do que deveria ter sido pago em 2015”, disse.

Segundo o presidente interino, o governo trabalha “incessantemente” para que as famílias melhorem sua renda e deixem de depender do Bolsa Família. Ele afirmou também que tem atuado para “aperfeiçoar os mecanismos de transferência de renda para a população mais pobre”.

“Não podemos permitir que estes importantes benefícios tenham sua trajetória desviada e, para isso, determinei uma atualização do cadastro de beneficiários, fazendo com que os recursos cheguem efetivamente para aqueles que realmente precisam”, escreveu.

Segundo a mensagem, o governo tem priorizado também a educação ao autorizar a criação de 75 mil vagas no Fies e a destinação dos recursos faz parte do entendimento de que a diminuição da desigualdade no país passa pela educação.

“Para esse governo, a educação é fundamental para o País. Por isso, ampliando as ações nessa área, liberamos R\$ 700 milhões para programas destinados à educação”, diz.

Fonte: Portal EBC

Projeto aumenta o limite de dias trabalhados pelo segurado especial

A Câmara dos Deputados analisa proposta que altera regra sobre a manutenção de agricultor familiar como segurado especial da Previdência.



Atualmente, é considerado segurado especial o membro de grupo familiar que exerça atividade remunerada em período de entressafra ou de defeso, não superior a 120 dias (corridos ou intercalados), recolhidas as contribuições devidas. O projeto amplia esse prazo para 300 dias.

A medida está prevista no Projeto de Lei 4673/16, do deputado Afonso Motta (PDT-RS), e altera a Lei Orgânica da Seguridade Social (8.212/91) e a Lei de Benefícios da Previdência Social (8.213/91), que tratam do assunto.

“Com a elevação no quantitativo de 120 dias para 300 dias, há um ganho para empregadores, trabalhadores e também para o município. Cresce a possibilidade de impostos e consumo, além de incrementar o comércio local”, afirma o deputado.

Afonso Motta apresentou sua proposta com base em uma outra (PL 4433/12) semelhante, do ex-deputado Padre Ton, que tramitou na Câmara na legislatura passada.

Tramitação - O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara

Senado debate desemprego e discriminação

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado Federal promove amanhã (12) audiência pública interativa com o tema "O mundo do trabalho: Desemprego, aposentadoria e discriminação, com foco na justiça fiscal". O debate, que pode ser acompanhado pelo portal e-Cidadania ou pelo Alô, Senado (0800612211), tem início às 10h, na sala 6 da ala Nilo Coelho.

Foram convidados para a audiência pública a secretária de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Maria das Graças Costa; a coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lúcia Fattorelli; o auditor fiscal Marcelo Metierre; o presidente da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal, Vilani de Souza Oliveira; e um representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

A audiência pública integra um ciclo de debates promovido pela CDH, presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

Fonte: Agência Câmara

Alerta para o movimento sindical!!!

Presidente da CNI defende mudanças previdenciárias e nas leis trabalhistas

Após mais de duas horas de reunião com o presidente interino Michel Temer e com cerca de 100 empresários do Comitê de Líderes da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, disse sexta-feira



(8) que, para o governo melhorar a situação do déficit fiscal, serão necessárias “mudanças duras” tanto na Previdência Social quanto nas leis trabalhistas. Temer deixou o evento sem falar com a imprensa.

O presidente da CNI citou como exemplo a França, onde as leis trabalhistas estão sendo discutidas.

“Vimos agora o governo francês, sem enviar ao Congresso Nacional, tomar decisões com relação às questões trabalhistas. No Brasil, temos 44 horas de trabalho semanal. As centrais sindicais tentam passar esse número para 40. A França, que tem 36 passou, para a possibilidade de até 80 horas de trabalho semanal e até 12 horas diárias de trabalho (na verdade, são 60 horas semanais). A razão disso é muito simples. A França perdeu a competitividade de sua indústria com relação aos demais países da Europa. Agora, está revertendo e revendo suas medidas, para criar competitividade. O mundo é assim e temos de estar aberto para fazer essas mudanças. Ficamos ansiosos para que essas mudanças sejam apresentadas no menor tempo possível”, argumentou o empresário.

“Um déficit de R\$ 139 bilhões [para 2017]. Acho que foi uma demonstração de responsabilidade do governo apresentar as dificuldades que têm e o esforço que será feito para contornar essas dificuldades”, afirmou o presidente da CNI.

Segundo ele, ao considerar que, em 2016, o déficit será R\$ 170 bilhões, a conclusão é que haverá, em algumas áreas, crescimento de despesas governamentais. “É claro que a iniciativa privada está ansiosa para ver medidas duras, difíceis de serem apresentadas. Por exemplo, a questão da Previdência Social. Tem de haver



Robson Andrade, presidente da CNI

mudanças na Previdência Social. Caso contrário, não teremos no Brasil um futuro promissor”, acrescentou.

Robson Andrade defendeu também a implementação de reformas trabalhistas. Para ele, o empresariado está “ansioso” para que essas mudanças sejam apresentadas “no menor tempo possível”.

Impostos – “Somos totalmente contra qualquer aumento de imposto. O Brasil tem muito espaço para reduzir custos e ganhar eficiência para melhorar a máquina pública antes de pensar em qualquer aumento de carga tributária. Acho que seria ineficaz e resultaria, neste momento, na redução das receitas, uma vez que as empresas estão em uma situação muito difícil”, disse o presidente da CNI.

Fonte: Agência Brasil



IBGE: inflação sobe para as famílias de menor renda

A inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que abrange a variação de preços para as famílias de menor renda (de 1 a 6 salários) fechou junho com alta de 0,47%. Embora a taxa tenha sido quase a metade da alta de 0,98% de maio, é 0,12 ponto percentual superior à alta do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que abrange as famílias de maior renda (até 40 salários) e que encerrou junho com variação de 0,35%.

Os dados divulgados hoje (8) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que, com a alta de junho, o INPC fechou o primeiro semestre do ano com alta acumulada de 5,09%, bem abaixo dos 6,8% registrados em igual período de 2015, mas também acima dos 4,42% do IPCA do mesmo período: 0,67 ponto percentual. O INPC acumulado nos últimos doze meses ficou em 9,49%, abaixo dos 9,82% relativos aos doze meses imediatamente anteriores. Em junho de 2015 o INPC fechou em 0,77%.

Alimentação - Os produtos alimentícios se apresentaram com 0,83% em junho, a mesma variação de maio. O agrupamento dos não alimentícios teve variação de 0,31% em junho, bem abaixo da taxa de 1,05% de maio.

Dentre os índices regionais, o maior foi o de Campo Grande, com 0,81%, sob pressão da alta de 2,75% dos alimentos comprados para consumo em casa, bem acima da média nacional (0,87%). Já a região metropolitana de Porto Alegre apresentou o menor índice: 0,08%.

Fonte: Portal EBC

Governo anuncia medidas que alteram critérios para concessão de benefícios

O governo anunciou três medidas que têm impacto direto na previdência e na assistência social, embora não se tratem ainda de pontos da reforma previdenciária que vem sendo discutida com os diversos setores da sociedade. O secretário da Previdência do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano, que participou da apresentação das medidas, nesta quinta-feira (7), no Palácio do Planalto, destacou que o principal objetivo “é garantir benefícios a quem realmente tem direito”.

As medidas de gestão na área previdenciária tratam dos seguintes aspectos: revisão dos benefícios por incapacidade de longa duração (auxílio doença e aposentadorias por invalidez, concedidas há mais de dois anos) e autorização para que a Funpresp-Exe – fundação que administra planos de previdência complementar dos servidores da União – gerencie planos semelhantes de estados e municípios. Além disso, torna obrigatória a inscrição dos beneficiários do BPC/LOAS no Cadastro Único para Programas Sociais.

Sobre a ampliação da previdência complementar, Marcelo Caetano explicou que a ideia é “levar equidade ao sistema, pois as medidas permitem que seja dado tratamento aos servidores públicos semelhante ao dos trabalhadores da iniciativa privada”. O secretário também ressaltou que o sistema será mais eficiente, já que estados e municípios não precisarão criar estruturas próprias para oferecer

previdência complementar, pois podem utilizar a estrutura já existente da Funpresp-Exe.

Revisão – O governo definiu a revisão dos benefícios por incapacidade e estima que ainda no segundo semestre de 2016 terão início as perícias médicas, no INSS, para atender à decisão. Hoje, existem 3 milhões de aposentadorias por invalidez e cerca de 840 mil auxílios-doença concedidos há mais de dois anos e não revisados, boa parte decorrentes de decisões judiciais. Os segurados serão convocados e não será necessário se dirigir imediatamente a uma Agência da Previdência Social. Os benefícios estão mantidos e garantidos.

Fonte: MT

Ronaldo Nogueira participa da Reunião de Ministros do Trabalho e Emprego do G20 na China

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira (**foto**), estará na China na próxima semana para a 'Reunião de Ministros do Trabalho e Emprego do G20', que ocorre em Pequim nos dias 12 e 13 de julho. Ele debaterá com as autoridades dos demais 18 países membros do G20 mais um representante da União Europeia temas como inovação e crescimento inclusivo; promoção do trabalho decente; ampliação da empregabilidade e geração de oportunidades de emprego adequadas.

Essa reunião é realizada anualmente desde 2010. A pauta é definida com base nas prioridades apresentadas pela presidência do G-20, que este



ano está com a China, e nas discussões prévias entre técnicos dos países membros, integrantes de organizações internacionais (OIT, OCDE, Banco Mundial e FMI) e representantes de trabalhadores e empregadores.

O Brasil tem um papel importante nesse encontro que ocorrerá na próxima semana, pois integra o Grupo de Trabalho sobre Emprego, que tem a função permanente de debater o tema e assessorar os ministros integrantes.

Fonte: MT

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)